

2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Avaliação Ambiental Estratégica
Resumo Não Técnico

MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ
DOS VINHOS

Abril de 2023



**2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE
FIGUEIRÓ DOS VINHOS**
Relatório Ambiental

Município de Figueiró dos Vinhos | abril 2023

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura, Lda.



ÍNDICE

EQUIPA TÉCNICA	5
O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?	6
O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?	6
QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	7
QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PDMFV?	9
O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?	10
QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?	10
QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?	14
QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?	18
QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?	19
QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?	22

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro de Referência Estratégico para AAE do PDMFV.....	11
Tabela 2 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PDMFV.....	12
Tabela 3. Relação entre fatores ambientais presentes na legislação e os fatores críticos escolhidos na presente avaliação ambiental estratégica do plano.	13
Tabela 4 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.....	13
Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.	15
Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.	16
Tabela 7 - Análise no âmbito do FCD Património Cultural	16
Tabela 8 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental	17
Tabela 9 - Análise no âmbito do FCD Riscos Ambientais.....	18
Tabela 10 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.....	18
Tabela 11 - Sumário das diretrizes de seguimento.	20

SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

ERAE - Entidades com Responsabilidades Ambientais Especificas

FA – Fatores Ambientais

FCD – Fatores Críticos de Decisão

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

PDM – Plano Diretor Municipal

QE – Questões Estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

EQUIPA TÉCNICA

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos encontra-se a cargo da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., sob a coordenação da Dra. Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício de avaliação, a AAE envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

Joana Valente | Coordenação

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

Lin Xumiao | Técnica

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento que acompanha o **Relatório Ambiental** (RA) da **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE). O RNT sintetiza, em linguagem corrente, as principais informações que se encontram no RA. Isto no sentido de simplificar a **participação pública** relativamente aos planos e programas sujeitos a AAE.

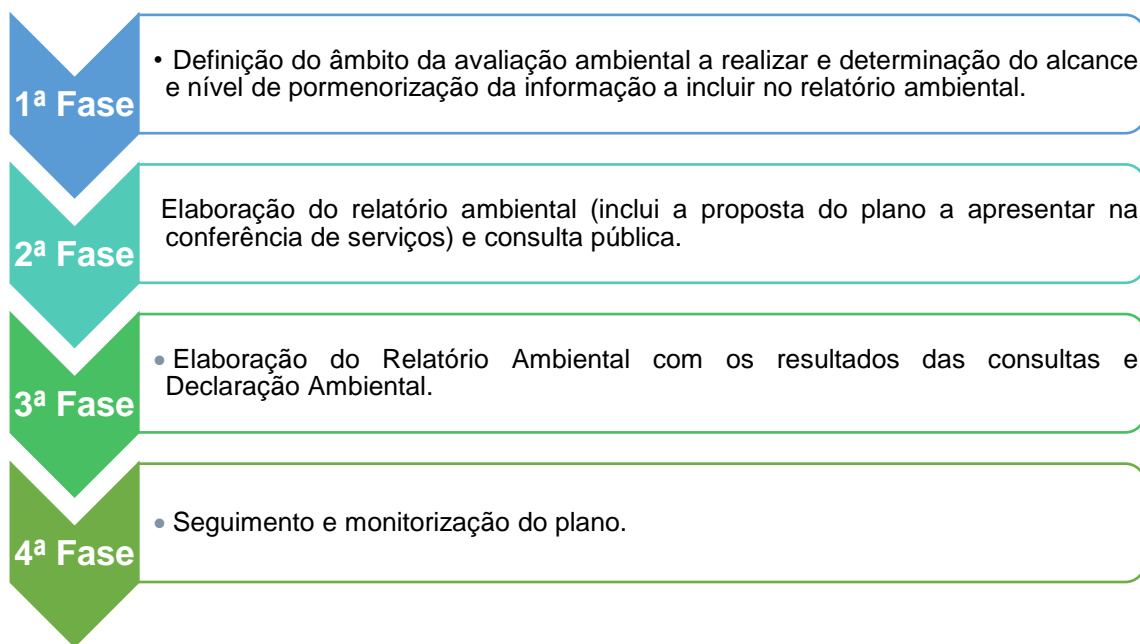
O presente documento constitui o RNT do processo de AAE da proposta da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor de Figueiró dos Vinhos.

O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

De forma geral, a AAE tem como principais objetivos estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Uma AAE integra as seguintes fases:



O processo desta AAE, reporta-se essencialmente, à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização da 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, através de um processo abrangido pela definição do âmbito considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da presente avaliação ambiental estratégica incide sobre os propósitos da 2ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos. A estratégia e os objetivos estabelecidos no âmbito da 1.ª revisão continuam válidos e pertinentes, e o Município não pretende, com esta alteração, uma mudança da estratégia ou uma revisão global, mas somente uma oportunidade de os melhorar e tornar mais ajustados à realidade territorial atual.

Figueiró dos Vinhos ocupa uma área de 173 km², sendo limitado pelos municípios de Lousã e Miranda do Corvo, a norte, Castanheira de Pera, a nordeste, Pedrógão Grande, a este, Sertã, a sudeste, Ferreira do Zêzere, a sul, Alvaiázere, a sudoeste, Ansião, a oeste, e Penela, a noroeste.

Relativamente à posição de Figueiró dos Vinhos no país e na região, o Plano Regional de Ordenamento de Território do Centro destaca o concelho como estando inserido no eixo urbano do Pinhal Sul, juntamente com os concelhos de Ansião, Pedrogão Grande, Sertã e Proença-a-Nova. Refere igualmente que estes municípios são marcados pela pequena dimensão e pela perda demográfica, ainda que Figueiró dos Vinhos apresente uma relativa importância no contexto destes pequenos centros, aproveitando a excelente acessibilidade conferida pelo IC8.

O concelho de Figueiró dos Vinhos, de acordo com a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que organiza administrativamente as freguesias através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais, é composto por 4 freguesias: Aguda, Arega, Campelo e União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Figueiró dos Vinhos evidencia, sob o aspeto topográfico, áreas de montanha, em conjunto com desigualdades orográficas intensas, oscilando as suas cotas entre os 150 m e os 930 m, conforme representado no mapa hipsométrico. O concelho é marcado por uma área mais montanhosa e declivosa, a norte, marcada pela escassez dos aglomerados, enquanto que na parte central e sul as características físicas do território, altimetria e declives menos acentuados, contribuíram para a existência de núcleos urbanos mais significativos.

Assim, a parte norte do concelho, que alberga a freguesia de Campelos e parte das freguesias de Aguda e Figueiró dos Vinhos, apresenta um povoamento pouco intenso, onde subsistem povoações de reduzida dimensão, às quais se pode associar um crescente despovoamento.

Ao invés, na parte central e sul do território, existem os principais aglomerados urbanos do concelho, com destaque para a vila de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho, enquanto que os restantes núcleos auferem uma posição de proximidade concêntrica em relação ao centro urbano do município, onde se destacam Aguda, Arega e Bairradas.

O Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos teve a sua 1ª Revisão em 2015, publicado através do Aviso nº 9814/2015, de 28 de agosto.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PDMFV?

O início do processo de elaboração da 1ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos deu-se com a deliberação da Câmara Municipal em reunião pública, que incluiu:

- Os objetivos a prosseguir com a alteração à 1ª Revisão do PDM, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 6º do RJIGT;
- O prazo para a elaboração da alteração, de acordo com o nº 1 do artigo 76º do RJIGT;
- O prazo do período de participação pública, nunca inferior a 15 dias, nos termos do nº 1 do artigo 76º e o nº 2 do artigo 88º do RJIGT;
- A necessidade de se proceder à Avaliação Ambiental, nos termos do nº 2 do artigo 120º do RJIGT;
- A área do território a intervir.

A deliberação da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos, representada na figura seguinte, foi publicada na 2ª série do Diário da República através do aviso n.º 13555/2019, de 29 de agosto de 2019, e divulgada na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, nos termos do nº 1 do artigo 76º e nº 2 do artigo 192º.

Os objetivos estratégicos apresentados foram sintetizados em Questões Estratégicas (QE). As QE são aquelas que expressam a intenção de elaboração do Plano. São elas:

QE1: Consolidação da Rede de Equipamentos e Infraestruturas

QE2: Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais

QE3: Potencializar a Economia do Concelho

QE4: Requalificação Territorial e Urbana

As Opções Estratégicas identificadas para no âmbito da Alteração do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos integram as dimensões Ambiental, Económica e Social, consideradas as dimensões base do Desenvolvimento Sustentável.

O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

Verificada a relevância dos FCD selecionados no âmbito da revisão da 1ª PDMFV, e uma vez que no âmbito de este Relatório estamos perante uma Alteração, optou-se por manter os FCD definidos para a Avaliação Ambiental Estratégica da 1ª Revisão do PDMFV. São eles:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Património Cultural
- Qualidade Ambiental
- Riscos Ambientais

QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, as componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação do plano foram os seguintes:

- 1. Questões estratégicas** (QE) da proposta alteração mantêm-se como opções estratégicas referidas anteriormente.
- 2. Instrumentos de referência estratégica** (estratégias, planos, políticas e programas):

3. Fatores ambientais (de acordo com o estipulado pela legislação):

Tabela 1 - Quadro de Referência Estratégico para AAE do PDMFV.

Instrumento de referência Nacional	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	ENCNB2030
Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2030	PNEC
Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais	PENSAAR 2020
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030	PERSU 2030
Plano Nacional de Gestão de Resíduos	PNGR 2030
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020)	PETI3+
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR2020
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Rodoviário Nacional	PRN2020
Roteiro para a Neutralidade Carbónica	RNC
Plano de Ação para a Economia Circular	PAEC
Estratégia Nacional para a Habitação	ENH
Plano de Desenvolvimento Rural do Continente	PDR 2020
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P – 3AC
Estratégia Turismo 2027	ET2027
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem	PNAP
Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
Agenda 2030	Agenda2030
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais	ENEAPAI 2030
Programa Nacional para a Coesão Territorial	PNCT
Instrumentos de referência Regional	
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF-CL
Proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (versão de maio 2011)	PROT C
Visão Estratégica para o Centro 20/30	VEC 20/30
Plano de Ação Regional (2014 – 2020)	PAR
Programa Operacional Regional do Centro para 2014 – 2020	PORC
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PGRH-RH5

Plano de Gestão dos Riscos de Inundações	PGRI-RH5
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	POACB
Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia	POACBSL
Instrumentos de referência Municipal	
Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	PMDFCI
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Figueiró dos Vinhos	PMEPCFV

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do plano de pormenor em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos seguintes fatores ambientais.

Tabela 2 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PDMFV.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	X
Fauna	X
Flora	X
Património Cultural	X
Atmosfera	X
Água	X
Solo	X
Fatores Climáticos	X
Paisagem	X
Bens Materiais	X
População	X
Saúde Humana	X

Nas tabelas seguintes apresentam-se o alinhamento entre os FCD definidos os FA e os documentos do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**. Sem prejuízo da existência de demais relações, apresentaram-se aquelas com maior alinhamento.

Tabela 3. Relação entre fatores ambientais presentes na legislação e os fatores críticos escolhidos na presente avaliação ambiental estratégica do plano.

FA	Biodiversidade	Fauna	Flora	Atmosfera	Água	Solo	Fatores Climáticos	Paisagem	Bens Materiais	População	Saúde Humana
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Biodiversidade e Conservação da Natureza	X	X	X	X	X			X			
Património Cultural						X		X	X		
Qualidade Ambiental				X	X	X					X
Riscos Ambientais				X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 4 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.

FCD	Objetivo	QE	FA	QRE
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade intra-concelhia.	QE1; QE3; QE4	biodiversidade; fauna; flora; água; solo; paisagem; bens materiais; população; saúde humana; fatores climáticos	PNPOT; PNEC; ENDS; PETI3+; PRN; RNC; PDR2020; PROF-CL; PPROT – C; P – 3AC; PANCD; ENH; NGPH; PNCT; VEC20/30; PORC; POACB; POACBSL
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na conservação da Natureza e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do Município.	QE2	biodiversidade; fauna; flora; atmosfera; paisagem; água	ENDS; ENCNB2030; PSRN2000; PNEC; PDR2020; ENAAC; PANCD; PNAP; CEP; PROF-CL; PGRH; PMDFCI; POACB; POACBSL
Património Cultural	Avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da conservação e proteção dos bens materiais e imateriais, de importância histórica e cultural do Município.	QE2; QE4	solo; paisagem; bens materiais	ENCNB2030; PNAP; Turismo2020; ET2027; CEP;

Qualidade Ambiental	Avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no Município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.	QE2	solo; água; atmosfera; saúde humana	ENDS; PNEC; PENSAAR2020; PERSU2020+; PGRH; ENAR2020; PNA; RNC; ENAAC; PERSU2030; PNGR2030
Riscos Ambientais	Permite avaliar o contributo do Plano para a prevenção dos riscos ambientais que ocorrem no território concelhio.	QE1; QE4	população; saúde humana; água; solo; atmosfera; fatores climáticos; bens materiais; fatores climáticos	PNEC; RNC; PAEC; ENAAC; PANCD; PGRI; PDEPT; PMEPCFV

QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?

De seguida apresentam-se análise de oportunidades e riscos por FCD onde se identificam os pontos positivos e negativos da alteração do plano.

Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Competitividade e Desenvolvimento Regional	1ª Revisão do PDM definiu a atividade empresarial e industrial como essencial ao desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo a criação de novos espaços destinados à instalação de unidades industriais, armazenagem e serviços, e reforçando a sua estrutura produtiva, usufruindo das excelentes acessibilidades de que Figueiró dos Vinhos dispõe.	Risco de não aumentar a competitividade caso as intervenções/empreitadas ainda necessárias não sejam programadas e executadas.
	Município planeia avançar no médio prazo com as obras de infraestruturização do espaço de atividades económicas (EAE) designado como área 1, dotando-o de todas as condições para a instalação de empresas.	
	o Município irá desenvolver uma empreitada de construção de uma via de acesso ao EAE designado de Área 2, que servirá toda aquela zona, permitindo assim que por via daquele acesso, outras empresas possam vir ali a instalarem-se. Posteriormente, será objetivo do Município, dotar toda aquela zona de espaços de vocação industrial devidamente infraestruturados e adaptados às necessidades atuais.	
Ordenamento do Território	Reclassificação para solo rústico dos EAE identificados como Área 3 e área 5, adequando a oferta do município à procura destes espaços, e promovendo a sua concentração.	
	Reclassificação para solo rústico de áreas de edificação dispersa que não reuniam critérios.	

Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Áreas classificadas	O EAE identificado como Área 3, que contém uma faixa de terreno em REN, foi reclassificado para solo rústico.	
	O EAE identificado como Área 5, que se encontra parcialmente em RAN, foi reclassificado para solo rústico.	
	As condicionantes Rede Natura, REN e RAN foram consideradas e integradas na presente alteração. Não há alteração da REN.	
Recursos hídricos	No âmbito da empresa intermunicipal, APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A., encontram-se aprovadas as Candidaturas ao Programa Operacional, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR, para execução de novas redes de saneamento e para controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, representando atualmente, um investimento global de 30.966.562 euros, dos quais, 5.739.095 euros, estão afetos a investimentos a realizar no Concelho de Figueiró dos Vinhos.	

Tabela 7 - Análise no âmbito do FCD Património Cultural

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Identidade Histórica e Cultural	Não se esperam efeitos significativos da alteração do Plano neste FCD	

Tabela 8 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Resíduos	A manutenção em solo rústico de 20 das áreas de ocupação dispersa, apoiam o esforço de não dispersão da população.	Risco de não aumentar os indicadores necessários neste critério se não forem realizados esforços significativos no aumento da recolha seletiva e na diminuição do encaminhamento para aterro dos resíduos urbanos.
	Oportunidade de reforçar a rede de recolha seletiva de RU.	
Água	A manutenção em solo rústico de 20 das áreas de ocupação dispersa, apoiam o esforço de não dispersão da população, permitindo não aumentar a necessidade de ampliação da rede de drenagem.	Risco de contribuir para a contaminação dos recursos hídrico caso não seja significativamente aumentada a cobertura da rede de drenagem .
	No âmbito da empresa intermunicipal, APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A., encontram-se aprovadas as Candidaturas ao Programa Operacional, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR, para execução de novas redes de saneamento e para controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, representando atualmente, um investimento global de 30.966.562 euros, dos quais, 5.739.095 euros, estão afetos a investimentos a realizar no Concelho de Figueiró dos Vinhos.	
	Proposta de infraestruturação de alguns EAE.	
Ar	Não se considera que a alteração ao Plano tenha efeitos significativos neste critério.	

Tabela 9 - Análise no âmbito do FCD Riscos Ambientais

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Cheias	Não se considera que a alteração ao Plano tenha efeitos significativos neste critério.	
Incêndios Rurais	O esforço de contenção de povoamento é positivo na diminuição do risco de incêndio.	
Riscos Tecnológicos	O reforço da infraestruturização preconizado para os espaços de atividades económicas e a sua contenção são positivos para aumentar as condições e, por consequência diminuir o risco.	

QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Tabela 10 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.

FCD	Critérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Ordenamento e Qualificação do Território	Competitividade e Desenvolvimento Regional		→	↗
	Ordenamento do Território		→	↗
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		→	↗
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural		→	→
Qualidade Ambiental	Resíduos		→	→

FCD	Critérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
	Água		→	↗
	Ar		→	→
Riscos Ambientais	Cheias		→	→
	Incêndio Rural		→	↗
	Risco Tecnológico		→	↗
Situação Existente (distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	Afastada dos objetivos desejáveis	Próxima dos objetivos desejáveis	
Tendências de evolução	↘	→	↗	
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva	
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas	

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?

Considerando as oportunidades e riscos identificados na seção anterior, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas a cada um dos FCD:

Tabela 11 - Sumário das diretrizes de seguimento.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Ordenamento e Qualificação do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a rede de drenagem de águas residuais • Promover a identificação e reparação de pontos de perda de água na rede de abastecimento • Programar e concretizar as necessidades elencadas na infraestruturização dos espaços de atividades económicas • Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano; • Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos; • Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados • Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infra-estruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas; <ul style="list-style-type: none"> • • Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
Biodiversidade e Conservação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • A aplicação, na Área Classificada, das orientações de gestão inscritas no Plano Setorial da Rede Natura 2000; • Incentivar ações de monitorização do grau de conservação dos habitats naturais e das espécies protegidas; • Incentivar a execução de ações específicas de conservação para dos habitats naturais e espécies protegidas; • Considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade de atividades de turismo em espaço natural; • Condicionar a parecer de entidade competente as ações de limpeza e corte de árvores em zonas ribeirinhas com vista à conservação da vegetação ripícola e salvaguarda dos habitats naturais presentes; • Controlar a presença e proliferação de espécies vegetais não indígenas, no concelho em geral, mas com especial incidência e prioridade nas áreas com maior valor ecológico; <ul style="list-style-type: none"> • Promover a utilização de espécies autóctones nos espaços públicos como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho; • Promoção de medidas que promovam a proteção e melhoria do estado dos ecossistemas • Adoção de medidas de proteção dos recursos hídricos.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património; • Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades; • Promoção do Património Cultural – manutenção e preservação das tradições locais; • Apoiar e dinamizar os grupos de índole cultural existentes: Banda Filarmónica, Rancho Folclórico, Grupos musicais, evitando a sua extinção e se possível apoiar o aparecimento de novos grupos; • Promover as tradições e os costumes populares de forma a evitar o seu esquecimento.
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Programar e executar o reforço da rede de drenagem de águas residuais. • Aproveitar a oportunidade de todas as intervenções para reforçar a rede de águas pluviais. • Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos; • Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. • Equacionar a utilização de água tratada para usos compatíveis. • Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais;
Riscos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o PMDCI atualizado e cumprir as ações nele definidas • Manter o P MEC atualizado e cumprir as ações nele definidas • Infraestruturar e qualificar os Espaços de Atividades Económicas dedicados à indústria de modo a melhorar as condições e segurança das indústrias instaladas • Nas intervenções de qualificação e requalificação do território ter em conta o aumento de fenómenos extremos de precipitação, vento e temperatura esperados no atual quadro de alteração climática.

QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?

A proposta do PDM desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho. Nesta alteração houve uma diminuição do solo urbano do concelho, muito há custa da diminuição significativa das áreas de atividades económicas.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Figueiró dos Vinhos. Verifica-se que a proposta do Plano acompanhou as recomendações do processo de AAE, nomeadamente nas sugestões de aposta clara no reforço da rede de drenagem de águas residuais domésticas, e reparação das perdas de água na rede de abastecimento de água.